

**“Verás que um filho teu não foge à luta”:
Jornal EX- como guardião de memórias subterrâneas da ditadura brasileira¹**

Jullyana BRAGANÇA²

Monica SOUSA³

Universidade Veiga de Almeida, Cabo Frio, RJ

Resumo

Este artigo propõe-se a discutir a importância da imprensa alternativa brasileira nos anos 70, período governado pelo regime militar. Por utilizar-se do mecanismo da censura, o governo monitorava os meios de comunicação do país e controlava os sentidos da sociedade. Com base nos conceitos de memória e silenciamento, este trabalho traz a realidade da ditadura vista por outra ótica e expõe a luta do jornalismo alternativo pelo resgate de memórias relegadas ao esquecimento. A análise é realizada com base no Jornal EX-, que ao questionar o suposto suicídio do jornalista Vladimir Herzog, abriu novos percursos para a memória social.

Palavras-chave

imprensa alternativa; jornalismo; memória; censura; ditadura.

Introdução

*É tempo de meio silêncio,
de boca gelada e murmúrio,
palavra indireta, aviso na esquina.
Tempo de cinco sentidos num só.
O espião janta conosco.*

(Nosso Tempo Parte IV- Carlos Drummond de Andrade)

A ditadura militar que se instaurou no Brasil na década de 60 foi responsável por deixar na memória do país uma das piores fases já vividas. Partindo de ideais autoritários, o governo tentou controlar a população de todas as formas, suprimindo a democracia e os direitos civis e censurando os meios de comunicação. Define-se ditadura como a forma de

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. No título foi reproduzida uma frase do Hino Nacional Brasileiro.

² Estudante de Graduação do 7º. semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Veiga de Almeida, email: jullyana.mbcf@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Doutora em Comunicação (UFF). Docente do Curso de Jornalismo da Universidade Veiga de Almeida, email: monica.cpsousa@gmail.com

governo que se baseia na ausência da democracia, supressão de direitos civis, censura, perseguição política e repressão aos que se opuserem ao regime militar. No Brasil, essa época durou 21 anos, tendo início em 1964 e fim em 1985.

Em 1968, com a promulgação do Ato Institucional Número 5 (AI-5), a democracia foi golpeada e os militares amordaçaram a imprensa, que por estar censurada, era obrigada à obedecer ordens superiores. Assim, toda a programação cultural e informativa passara a ser controlada e acompanhada de perto pelos censores do governo. O controle ditatorial à imprensa resultou na demissão de diversos jornalistas e feriu a liberdade de circulação das informações.

Ao intervir no discurso e na livre expressão, a censura impulsionou diversos jornalistas a buscarem outros meios de disseminação dos fatos, consolidando nesse cenário a *imprensa alternativa*. Essa imprensa se alimentou do inconformismo e do desejo de liberdade e tais características se revelam nas mais diversas publicações feitas no período. De acordo com Kucinski (1991), durante o regime surgiram mais de 150 periódicos considerados como mídia alternativa. O autor (1991) analisa o termo “imprensa alternativa” em quatro significados:

o de algo que não está ligado à políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos *1960 e 1970*, de protagonizar as transformações sociais que pregavam. (1991, p. 13)

Os jornais alternativos se opunham à construção de uma versão oficial – versão essa que buscava a alienação, pois ao se tornar única, torna a sociedade passível de manipulação e impede a formação da opinião pública. Segundo Smith (2000, p.60) “a imprensa alternativa exercia um papel crucial na formação de uma oposição política, ao oferecer um foro de debates e proporcionar fontes alternativas de informação”. Assim, o jornalismo alternativo travava uma batalha contra as instituições conservadoras – militares, família patriarcal, empresariado e burguesia – e se consolidava como uma forma de resistência ao controle de informações que afetava a construção simbólica do espaço público.

A censura e a repressão instauradas basearam-se em mecanismos ligados à memória e ao silenciamento, que se relacionam ao trabalho por se tratarem de instrumentos políticos que controlam os sentidos da sociedade. Dessa forma, com o surgimento dos jornais alternativos, instaurou-se uma disputa entre memórias oficiais e memórias subterrâneas. A memória carrega consigo o encargo de legitimar ou não um discurso ou acontecimento. Por

isso, é importante que a memória seja registrada e transmitida – principalmente aquelas ligadas a acontecimentos trágicos – para que seu valor não se perca e sua existência se perpetue na história.

Por meio do panorama da sociedade e do governo da época, é possível entender a importância da atuação do jornalismo alternativo e mostrar como a censura controla os sentidos da memória coletiva. Ao contrariar o regime, a imprensa alternativa abriu novos percursos para a memória da sociedade, trazendo à tona questionamentos e resgatando memórias destinadas ao esquecimento. Os métodos de ocultamento geralmente são usados para a construção de uma hegemonia sobre alguma base de pensamento. Os jornais alternativos resistiram a essa hegemonia ao lançarem luzes sobre lugares vazios de significados e resgataram narrativas intencionalmente sonegadas pela ditadura. Nesse sentido, o jornalismo alternativo torna-se guardião de memórias⁴, que, ao serem resgatadas, consolidam-se como História.

Este trabalho propõe uma análise do Jornal Impresso *EX-*, produzido entre 1973 e 1995. O Jornal, um dos expoentes da mídia alternativa durante a ditadura militar, ficou conhecido por suas reportagens contestadoras e imagens provocativas. O recorte do material foi delimitado às 6ª, 11ª e 16ª edições. A análise aborda temas polêmicos discutidos pelo periódico, como a prostituição e a homossexualidade, que na época representavam tabus na sociedade.

A 16ª edição veio a ser a última do Jornal. Seu conteúdo trazia uma reportagem investigativa e esclarecedora sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog, preso pelos militares e acusado de cometer suicídio nos porões do DOI-CODI do II Exército de São Paulo. O Jornal dedica essa edição à memória do jornalista, abordando fatos que se desconstruíam do discurso oficial imposto pelos militares e trazendo um panorama completo sobre a repercussão desse caso na imprensa e na sociedade – após a publicação dessa reportagem, o Jornal foi censurado e teve sua redação fechada. Por fim, é realizado um paralelo entre a reportagem “A morte de Vlado” e seus reflexos na memória coletiva, a fim de evidenciar a importância do *EX-*, e dos demais jornais alternativos, nos 21 anos de regime.

1. Censura: Mecanismos e Consequências

⁴ Ao participar ativamente na construção das notícias, e portanto, na construção da realidade, o jornalismo alternativo apresenta-se como modificador de um espaço, pois participa do mundo tanto em sua dimensão material, como em sua dimensão simbólica. Dessa forma, a imprensa alternativa torna-se responsável por tirar das zonas de sombra o que seria soterrado e pode ser considerado como guardião de memória.

Para a realização deste trabalho é necessário entender como os mecanismos da censura foram utilizados pelo governo militar e como esses se relacionam com a memória coletiva e a produção de sentidos sociais. Ao trabalhar com ameaças, opressões e até violência, o governo militar buscou diversos meios – através da censura – para calar as vozes discordantes. Paolo Marconi (1980, p.38) ressalta que o “motivo para tanta violência era um só: o regime militar não queria que a imprensa falasse sobre a política interna”.

A censura pode ser entendida como a supressão de opiniões divergentes, que ao vetar conteúdos publicitários e jornalísticos, influencia a opinião pública, evitando a disseminação de ideias que destoem do discurso dominante. Com a finalidade de manipulação, os censores justificam seus atos como proteção à sociedade, mas ao contrário disso, essa determinação infantiliza o público, pois julga-o incapaz de ter um pensamento próprio.

Durante o regime militar a censura atuou de duas formas: a censura prévia e a autocensura. A primeira determinava que todo o material preparado para um jornal deveria ser examinado pela polícia – ou pelo censor presente na redação – antes de sua divulgação. Diferente da censura prévia, a autocensura foi aplicada por parte da grande imprensa. Assim, os próprios editores controlavam o que os jornalistas poderiam escrever.

A análise de um de seus instrumentos repressivos (no caso a censura prévia à imprensa escrita), mostrou que durante todo o tempo foram utilizados mecanismos para impedir a participação e a representação dos cidadãos no nível institucional. Acentuou-se a divisão do trabalho, através da acelerada concentração da renda e do privilégio concedido aos grandes grupos nacionais e estrangeiros. (AQUINO, 1999, p. 209)

Utilizando os mecanismos da censura, os militares alienaram parte da população – grande parte sequer sabia das torturas e mortes que ocorriam no período. Assim, se disseminaram interesses particulares do governo, como se representassem objetivos de todo o corpo social. A censura, por fim, se constituiu como um mecanismo essencial de proteção aos pilares do regime, a medida que formava e direcionava a opinião pública. Nesse contexto, a censura relaciona-se à produção memorialística, pois ao vetar informações, interfere na construção identitária dos indivíduos e direciona as lembranças ao esquecimento.

2. Silenciamento e memórias subterrâneas

A memória, como propriedade de arquivar e conservar certas informações, dá ao homem a capacidade de atualizar impressões ou informações passadas. Para que a memória seja ancorada e transmitida à outras gerações, é necessário um arquivamento. Assim, surgem os lugares de memória, conceituados por Nora (1993) como lugares em diversos sentidos do termo, indo do objeto material e concreto ao mais abstrato e simbólico. Os lugares de memória podem se tratar de monumentos, pinturas, museus, arquivos, eventos e símbolos. Contudo, para ser caracterizado como lugar de memória, o documento, por exemplo, precisa possuir uma “vontade de memória” – uma intenção memorialista que garanta sua identidade. Sem essa vontade, os lugares de memória tornam-se apenas lugares de história.

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (...) A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 9)

Halbwachs (2006) conceitua três tipos de memória: memória individual, memória social e memória coletiva. A memória individual é aquela pertencente à um indivíduo e diz respeito às suas vivências e experiências próprias. Segundo Halbwachs (2006), a memória deve ser tratada como fenômeno social, pois parte da memória individual é construída pela sociedade – e parte da sociedade funciona como memória. Ainda de acordo com o autor, memória social é aquela pertencente a toda sociedade e memória coletiva aquela vivenciada dentro dos grupos. Segundo LE GOFF (1996, p. 472), a memória coletiva pode ser dominante, dominada ou compartilhada.

A memória é composta por duas atividades: a de lembrar e esquecer, fazendo com que ela seja caracterizada como seletiva. Por ser em parte herdada, a memória sofre mutações dependendo do momento em que é articulada. Portanto, a memória não é estática, pois está sempre em processo de reatualização – ela não muda, o que muda é a percepção que temos dela. Sobre o esquecimento, Huyssen (2005) diz que pode ser resultado de um processo social, como o silenciamento – mecanismo discursivo que consiste na substituição de um discurso por outros.

No caso da ditadura, a voz autoritária do governo deteve o poder e representou uma ideologia dominante através de seu discurso homogêneo. Esse recurso é utilizado para promover o esquecimento e assim, a história passa a ser oficializada e contada a partir da perspectiva dos grupos autoritários. Nesse contexto, destacam-se os conflitos em torno da memória, dando origem às memórias subterrâneas, também conhecidas como proibidas,

clandestinas e marginalizadas. Segundo Pollak (1989, p.4), estas memórias “que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível, afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados.”

A demarcação entre o dizível e o indizível separa a memória coletiva subterrânea da memória coletiva organizada que a sociedade majoritária ou o Estado desejam impor. Segundo Pollak (1989), aqueles que forjam uma memória oficial, conduzem as vítimas da história ao silêncio e à renegação de si mesmas. O regime militar, ao legitimar seu discurso como verdadeiro, direciona as lembranças como o que deve ser lembrado e esquecido. A “narrativa do esquecimento” aparece junto à censura, que com o poder de soterrar memórias, as deposita em um lugar dificilmente alcançado pela rememoração. Isso acontece porque a censura atua como um mecanismo que impede a produção de sentidos, e ao destinar as memórias a um processo de exclusão, dificulta que essas sejam ancoradas na memória coletiva.

Conceituado silenciamento e memória, é importante compreender como imprensa e poder se relacionam. Por ser portador de um discurso que futuramente pode ser transformado em documento, os meios de comunicação consolidam-se como um dos senhores da memória da sociedade. Partindo do conceito de seleção da informação, pode-se dizer que o jornalista tem o poder de construir o acontecimento. Segundo Marialva Barbosa (2004), essa construção é seletiva, pois seleciona-se parte da realidade, que é narrada segundo os interesses dos leitores e das instituições. Assim, os meios de comunicação ditam o que deve ser lembrado e esquecido e constroem uma memória que se perpetuará no futuro.

A luta pela memória é uma disputa pela narrativa e pela posse do discurso. A disputa pelo poder traduz a necessidade que os agentes do discurso têm em interditar outras narrativas e revela como o poder da fala influencia na formação da sociedade. Os jornais, por atuarem como armazenadores da memória social, podem ser pensados como lugares de memória, pois tratam-se de documentos que produzem e arquivam as memórias do passado e do presente. Dessa forma, o discurso midiático – principalmente o jornalístico – relaciona-se diretamente com a produção da memória da sociedade.

3. Jornal EX-: Irreverência e Contestação em Pauta

Como citado na Introdução, a análise é feita com base no conteúdo publicado pelo Jornal *EX-*, periódico com vida entre 1973 e 1975. O jornal consolidou-se como o jornalismo de ruptura, com narrativa forte e grande utilização de fotografias. A equipe que comandou o jornal era oriunda de diversas redações. O grupo era *ex-Realidade*, *ex-Bondinho*, *ex-Grilo*, entre outros. Por isso, deu-se o nome *EX-* ao periódico.

Figura 1 – Capa da edição n° 6 do *EX-*



Fonte: *Memórias Reveladas*⁵

A capa da sexta edição do Jornal, que circulava pelas ruas em setembro de 1974, trazia como manchete uma matéria sobre prostituição⁶. Em letras grandes e cores fortes, o título “Prostituição” chamava a atenção dos leitores por dois motivos: a parte gráfica e visual e pelo tema, que era um tabu na época. A sociedade conservadora marginalizava quem praticava a prostituição. O título da matéria ainda acompanhava a frase “Diga lá: mas por uma boa nota, você também não se venderia?”, que questionava o público e o colocava, de certa forma, na situação de quem vivia da prostituição. Nota-se que o discurso pregado pelo jornal tinha como objetivo a ruptura dos valores morais impostos na sociedade e a tentativa de inclusão de pessoas colocadas à margem da coletividade. Dessa forma, as prostitutas tornaram-se personagens reais e tiveram suas memórias registradas na história.

A reportagem de quase cinco páginas conta o drama e as experiências da vida de cinco prostitutas americanas e termina com a história de uma prostituta brasileira. É interessante destacar que a linguagem escolhida para a produção do texto apresenta um

⁵ Todas as imagens e edições recolhidas do Jornal *EX-* para a realização deste trabalho estão disponíveis em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=16&sid=4>>. Acesso em maio, 2015.

⁶ Durante o regime, as prostitutas foram vítimas de perseguição e repressão por parte dos militares. A ação dos militares contra as prostitutas foi contínua nos chamados “anos de chumbo” – período entre 1968 e 1974. A repressão contra elas não era exercida apenas por militares, mas por agentes de outros setores, como a polícia civil, que utilizava o “termo de vadiagem” para decretar ordem de prisão.

aspecto coloquial e ainda é carregada de alguns palavrões – o que não era bem visto na época. Ainda é possível perceber que a forma em que a narrativa foi construída aproxima o leitor à história das prostitutas. É possível fantasiar as cenas das histórias narradas conforme a leitura se passa. Essa aproximação da reportagem com o leitor faz com que ele vivencie, de certa forma, o drama da vida dessas mulheres, as humanizando e tratando como seres pertencentes ao corpo social.

Sou do Rio. Meu pai é juiz , eu sou manequim. Já fiz novela, de tudo, mas eu vou "lá" porque não dá, tenho seis irmãos, uns estudam, outros trabalham, eu fiz o ginásio. Eu vim para São Paulo há 6 meses. Antes disto morava em casa com eles. Saí de casa com 16 anos, fui morar com um cara, não deu certo, aí eu voltei para casa com um filho. Então comecei a trabalhar. Fui contratada para uma novela, fiz, saí e depois vim para São Paulo fazendo desfiles. Era um contrato de 6 meses. E o que aconteceu é que, 2 meses não me pagavam, então falei, "o que vou fazer ". Então conheci uma menina que trabalhava numa boate. Ela falou prá mim: "Olha , é legal , fatura horrores". Eu não queria aceitar isso de jeito nenhum, entendeu? Achava que pô.. Aí eu pensava: se eu não for, vou morrer de fome: trabalho, não recebo; recebo e nao dá, então eu vou. E fui . O primeiro dia, quando entrei, 'Deus me livre'. Fiquei louca, viu? Superlotada a boate, de homem. Garota nova, os fregueses sabem quando chega uma. (...) Já aconteceu de um homem querer me tirar deste tipo de vida. Um cara casado, muito importante, não posso nem pensar em falar quem é esse homem. Casado e aí me levava prá casa dele, né? Porque a esposa estava sempre viajando, Europa... (...) Seis meses e eu já conheci tudo, não tem mais o que conhecer. (...) Agora eu estou achando que estes seis meses eu vegetei, não nao vivi. Porque no fundo, no fundo, a gente fica super frustrada, porque todo mundo fica querendo a gente porque a gente é p. . . e acabou, a fim de trepar, pagar e tchau mesmo. A maioria é assim, né? (...) Não aconselharia a ninguém esta vida. Porque olha, a gente fica tão frustrada, a gente fica fria, fria assim no modo de agir... não aconselharia mesmo, não, não aconselharia. Poxa, depois de passar por tantos homens... sabe o que é? A gente conhece os sentimentos das pessoas , entendeu? Sei lá, a gente participa demais das pessoas. (Ex-, "Prostituição propriamente dita", 1974, edição nº 6, p. 28)

O trecho citado acima pertence ao depoimento de Polaca, uma prostituta brasileira. Com subtítulo "A primeira noite de uma menina de bem em seu novo emprego", a mulher conta detalhadamente sua trajetória até a nova vida. Seu depoimento, ao trazer o problema da prostituição para a realidade brasileira, representou a voz das prostitutas no país. Em um jornal da grande mídia, uma prostituta não seria caracterizada da forma como o EX- fez. Como diz Pollak (1992), um dos mecanismos de construção do jornalismo é o enquadramento da memória, ditando o que será lembrado e esquecido. Assim, o Jornal garante ao leitor o acesso à uma narrativa diferente das demais, pois ao dar um

enquadramento não-tradicional para a matéria, permitiu a produção de novos sentidos para o leitor.

Figura 2 – Página 2 da edição n° 6 do EX-



Fonte: Memórias Reveladas

A 11ª edição do EX-, publicada em 1975, abordou a questão da homossexualidade na época. Logo na segunda página do jornal, o excesso de cores chama a atenção do leitor para seu conteúdo. Trata-se do questionamento de não ter sido decretado um dia para o homossexual. Com título “E o Dia Internacional do Homossexual quando é que vai ser, hein?”, a matéria trazia a história da travesti Ditinha e começava com a seguinte frase: “A ONU mandou dizer que 1975 é o Ano Internacional da Mulher (todos os outros, ao que parece, são do homem). Ditinha Soares, travesti, pergunta: - Quando é que a ONU vai se lembrar de nós?”.

Ditinha nasceu em Puribi, no interior de São Paulo. Tinha doze irmãs ("acho que foi por isso que comecei a desmunhecar"), que a vestiam de mulher, pintavam, brincavam com ela, de comidinha, casinha e costureira. Ditinha se chamava Benedito e, aos oito anos, quando perdeu a mãe, era um menino pobre, feio, preto, que a molecada do lugar já gostava de gozar. (...) As circunstâncias em que Ditinha abandonou o chamado hinterland foram trágicas: o pai surpreendeu-a em plena imitação de Carmem Miranda e apontou a porta da rua. Nenhuma das irmãs intercedeu e aos quinze anos, Ditinha passou a viver no meio dos matos, debaixo dos pés de jabuticaba, apanhando fruta do quintal dos outros e roubando pão, de madrugada. Foi aí que pintou a idéia de ir para São Paulo: "uma cidade grande, onde eu ia poder me soltar, ser eu mesma". (...) Durante quatro meses ninguém quis lhe dar emprego e, morando na rua, nem banho Ditinha podia tomar. Um dia, montou banca de engraxate e começou a trabalhar. Mas logo descobriu que até os sapatos sujos tinham lá sua discriminação e nunca escolhiam Ditinha para limpá-los. A solução foi pedir emprego a uma senhora conhecida, uma mulher caridosa, que empregou Ditinha para fazer todo o serviço de casa, a troca de morada e comida, sem pagamento. Mas foi uma época feliz, "eu me vestia do jeito que queria, trabalhava cantando e imitando a Dalva e a Angela Maria, ela nem ligava piás minhas pintas e prás minhas feições". (...) Foi nessa época que Ditinha resolveu estudar. Procurou muito e achou um ginásio que a aceitou. (...) A vida tem bons momentos, sentença, mas duram

muito pouco. Como quando, ao ir ao Rio de Janeiro pela primeira vez, para participar, como convidada especial, de um espetáculo de Caetano Veloso ("uma glória!"), Ditinha foi presa na rua e passou a noite na delegacia, sem ter feito nada de mal, só porque estava parada na calçada da Cinelândia, quando o carrão passou. (...) Até que Ditinha é otimista: -se eu for dar bola prà tristeza, não penso em outra coisa, meu bem. Já pensou o que é ouvir, como eu já ouvi, nem sei quantas vezes, as pessoas dizerem que têm nojo de você?" (*Ex-*, "E o Dia Internacional do Homossexual quando é que vai ser, hein?", 1975, edição nº 11, p. 2)

O relato de Ditinha exemplifica a situação da maioria dos homossexuais no período. A repressão sofrida na época era, muitas vezes, retratada apenas como uma perseguição aos rebeldes políticos ou possíveis comunistas. Porém, os homossexuais eram fortemente oprimidos pelos órgãos do estado. Na época, a homossexualidade representava um ataque aos valores morais e à família tradicional, e o governo militar propagava esses ideais em seu discurso. A mobilização política de grupos LGBT's foi sufocada e os homossexuais encontravam-se excluídos da sociedade.

Outra forma de perseguir e calar gays e travestis foi a censura, que impedia que o tema fosse debatido nos meios de comunicação. "Um discurso monolítico se autoautorizava a salvar a pátria; os meios usados para calar vozes discordantes expressavam o pavor pânico da voz do outro." (KUSHNIR, 2004, p.13). É nesse contexto que o *EX-* realiza uma interdição no discurso, pois dá voz a um personagem marginalizado da sociedade e o representa de forma diferente da grande mídia. Anos mais tarde, em 1980, a repressão endureceu ainda mais com a posse do coronel José Wilson Richetti na delegacia seccional do centro de São Paulo. A imprensa tradicional apoiou a perseguição e detenção de gays e travestis, pois determinava que eles eram uma "aberração" e estavam ligados a criminalidade.

O *EX-*, ao expor que Ditinha era esforçada e levava uma vida honesta, tornou possível a reconstrução da memória e a mudança na forma como ela – e os demais homossexuais e travestis – serão lembrados na História. Segundo Marialva Barbosa (2007, p.51), "a memória legitima o novo que representa a continuidade, mas também o que transmite esta realidade em uma nova realidade por um processo de evolução.". A importância da declaração de um Dia do Homossexual, como questiona o título da matéria, transmite a necessidade da representatividade LGBT e funcionaria como um lugar de memória, termo usado anteriormente neste trabalho e citado por Nora (1993). Dessa forma, a matéria construiu novos significados para um grupo destinado à vida nas sombras.

Figura 3 – Capa da edição n° 16 do *EX-*



Fonte: Memórias Reveladas

A 16ª edição do *EX-*, publicada em outubro de 1975, representou o jornalismo alternativo em sua essência. Repleta de denúncias, desabafos e críticas, esta edição rendeu 50 mil exemplares – a primeira tiragem vendeu 30 mil e a segunda, de 20 mil, nem chegou às bancas, foi recolhida pela censura ainda na gráfica. A capa trazia um verso do Hino à República, utilizado ironicamente e com objetivo de criticar os acontecimentos recentes – e trágicos – pelos quais o país passava. Com o verso, que atuou como frase de efeito, “Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós”, estava lançada a edição que dedicou a maior parte de seu conteúdo à contestação contra a censura e a falta de liberdade de expressão e questionou a morte do jornalista Vladimir Herzog.

São Paulo, 25 de outubro de 1975. O dia que marcou a história da ditadura militar e principalmente do jornalismo brasileiro. Nessa data morria o jornalista Vlado Herzog – que no Brasil, assinava como Vladimir – torturado pelos militares nos porões do DOI-CODI de São Paulo. Vlado, que veio para o Brasil com os pais para fugir da perseguição aos judeus na Europa durante a Segunda Guerra Mundial, foi acusado de associar-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Na manhã do dia 25, Herzog compareceu às dependências do DOI-CODI do II Exército, por solicitação de seus agentes, a fim de prestar depoimento. No fim da tarde do dia seguinte, o Comando do II Exército distribuía uma nota⁷ que comunicava o suposto suicídio do jornalista.

A reportagem tem início na página 33 e chama-se “A morte de Vlado”. Com letras garrafais, a equipe deu destaque à grande reportagem que viria ser a causa do fim do jornal. O que o *EX-* faz é reunir um apanhado de informações sobre os momentos que antecederam a prisão de Vlado e apresenta todo o panorama que sucedeu sua morte.

⁷ O comunicado escrito pelos militares e publicado pela *Folha de S. Paulo*, informava a população sobre a morte de Vlado. A versão contada pelos militares incluía uma carta, onde o jornalista admitia ter participado do Partido Comunista. Porém, mais tarde, foi comprovado que Vlado escreveu a carta sob tortura e pressão.

- Olha... você já soube do negócio do Vlado? - Não, não tô sabendo de nada. - Pois é, você sabe que ele tinha se apresentado, né? - Não! Não tô sabendo de nada!... - Pois é, infelizmente ele morreu. Quem dava a notícia, às 2:30 da madrugada de domingo (26/10), pelo telefone, era Sandro, locutor e funcionário da TV-Cultura, SP. Quem atendeu e ouviu a notícia foi um de nós: Mylton Severiano da Silva. Na casa, terminando de assistir a final amadora de futebol, Brasil x México, direto pela TV, outros do Ex: José Trajano e Márcia Guedes. A voz de Sandro, normalmente um vozeirão, soava grave e sem nenhuma entonação: - ... o II Exército vai distribuir uma nota... eu tô avisando... e você avisa aos outros caras que são amigos dele também. (Ex-, “A morte de Vlado”, edição nº 16, 1975, p. 33)

Um dos pontos importantes a ser destacado sobre a morte de Vlado é que a versão divulgada pelos militares foi de que o jornalista teria se enforcado com um cinto, porém o uniforme utilizado pelos prisioneiros no DOI-CODI não possuía esse elemento. Outro fato que levou os jornalistas a questionarem o suicídio foi a negação a uma segunda autópsia, que foi pedida pelo irmão de Clarice – esposa de Herzog – e seria realizada por outro médico do IML. “Não conseguiu e a alegação era de que a parte burocrática do Instituto estava fechada.” (Ex-, “A morte de Vlado”, edição nº 16, 1975, p. 35). O trecho abaixo pertence ao depoimento prestado ao EX- por Clarice.

Sabe aquela sensação de segurança, de que nada pode acontecer com você, de que nada pode mexer com você, você é inviolável? Eu não sei. Em nenhum momento eu realmente senti medo, como não sinto medo ainda. Sinto muita raiva, mas medo eu não sinto. (...) Na sexta-feira (o Vlado se apresentou no sábado), eles estiveram aqui às oito e meia. (...) Quando chegaram aqui, eu percebi pela cara, pelo jeito, pela conversa... (...) Aí eu liguei pro Vlado avisando o que estava acontecendo. Apanhei as crianças e fui pra TV. (...) Depois de muito argumentar, conseguimos que Vlado se apresentasse no dia seguinte. Fiquei tranquila. Eu sabia que ele ia apanhar, levar choque, mas voltaria pra casa. (...) Sobre o que estava acontecendo, nós não discutimos só naquela noite. Estávamos falando a semana inteira. Estávamos prevendo que era uma briga de áreas políticas e que o Vlado estava sendo usado como bode expiatório. (...) Me comunicaram que Vlado estava morto e inclusive me deram a versão de que ele tinha se suicidado. Eu, em nenhum momento acreditei inisso. Eu tinha certeza que ele tinha morrido torturado. (...) Eu vi o corpo. Só o rosto, quando abriram o caixão pra fazer aquelas cerimônias judaicas. Foi muito rápido mas deu pra ver que a fisionomia de Vlado estava tranquila, o que aumentou minha convicção. Ele não tinha se matado. (Ex-, “A morte de Vlado”, edição nº 16, 1975, p. 37 – 38)

A reportagem feita pelo EX-, dedicada a memória do jornalista, atuou na produção de novos sentidos que alcançaram a memória coletiva e possui efeitos até hoje, pois ao ler a

matéria, é possível tomar conhecimento de detalhes da história não contemplados em outros veículos. Para a época, a importância dessa publicação deu-se devido às tentativas de propagação da versão oficial, que foi posta à prova pela família do jornalista assassinado e pela imprensa – grande parte tendo feito seu papel de se posicionar e apurar a veracidade das informações transmitidas pelos militares.

Para os dias atuais, a publicação das edições do *EX-* em plataforma digital – em especial, a última – representa a possibilidade de rememoração de fatos não debatidos hoje, além de sustentar a memória para que ela continue sendo transmitida entre as gerações e não se perca no tempo. Assim, o *EX-* tornou-se responsável por abrir novos percursos para a memória coletiva, antes controlada pelos dispositivos do governo. Nesse sentido, é importante lembrar o que Pollak (1989) diz sobre a imposição de memórias oficiais. Como o autor explicita, os grupos autoritários, “ao forjar uma memória oficial, conduziram as vítimas da história ao silêncio e à renegação de si mesmas.” (POLLAK, 1989, p. 7).

Dessa forma, o *EX-* atua como guardião de memória ao resgatar histórias marginalizadas e arquivá-las em documentos que poderão ser acessados futuramente. “Afinal, ao ser portadora de um discurso válido que pode ser transformado em documento para o futuro, a mídia se configura como um dos senhores da memória da sociedade.” (BARBOSA, 2004, p.1). Por isso, é importante o arquivamento dessas memórias, pois é preciso que existam pontos de contato entre o passado e o presente para que essas lembranças tenham significado para a memória coletiva. A morte de Vlado ainda possibilitou uma abertura por parte do governo e, a partir de seu assassinato, a imprensa passou a se posicionar de forma diferente e debater temas políticos. Este ano, caso estivesse vivo, Vlado⁸ completaria 78 anos.

Considerações finais

Enquanto em outros países ocorriam importantes transformações sociais e culturais, o Brasil se tornava amargo com a implantação do AI-5 e o regime ditatorial. O governo militar representou um atraso para o país em aspectos econômicos, políticos e sociais, além

⁸ Em 2009, foi criado o Instituto Vladimir Herzog, cujo objetivo é preservar a memória do jornalista, além de voltar a atenção aos graves problemas sociais, políticos e econômicos que marcaram a ditadura e que hoje ainda afetam o Brasil. Assim, o Instituto representa mais um ponto de acesso passado-presente, pois resgata e preserva uma memória que jamais deverá ser esquecida. É importante registrar que após recomendação da Comissão Nacional da Verdade – Comissão Brasileira que investiga as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 por agentes de Estado – a Justiça de São Paulo determinou a mudança do registro de óbito de Vlado Herzog. O atestado, que anteriormente apresentava como a causa da morte por “asfíxia mecânica”, foi alterado para “morte em decorrência de lesões e maus-tratos sofridos em dependência do II-Exército – SP (DOI-CODI)”.

de deixar rastros ocultos que até hoje não foram encontrados. Por isso, torna-se importante expandir a história desse governo que sufocou o Brasil por duas décadas. As vítimas do regime não se limitam aos militantes de esquerda, mas toda a população brasileira, que teve seus direitos negados e os sentidos controlados.

É inegável a importância da atuação da imprensa alternativa, que mesmo em entrelinhas, tomou para si a coragem de denunciar uma realidade oculta. Nas redações desses jornais, o jornalismo foi exercido com bravura e em sua essência. Nota-se que as perseguições e prisões desses profissionais não os emudeceu – pelo contrário, somou força às suas lutas e os impulsionou a persistirem na retomada da democracia. É necessário que a história dessa imprensa continue sendo transmitida para que seu valor não se perca e seja ancorado na sociedade. Os jornais das décadas militares representam lugares de memória, onde as lembranças podem ser visitadas e resgatadas nos dias atuais.

Ao dar espaço às memórias subterrâneas (POLLAK, 1989), o Jornal *EX*- desafiou o discurso oficial a partir da produção de novas narrativas, fazendo dos personagens entrevistados atores sociais. Quando há controle por parte de grupos majoritários, é importante que o jornalismo faça o papel de libertador das memórias proibidas, pois as minorias – como as mulheres, prostitutas, travestis e homossexuais – precisam registrar suas lembranças e os jornais representam arquivos guardiões de memória. Dessa forma, o jornalismo contribui para a construção da identidade do corpo social, pois institucionaliza sua história e legitima seu discurso. Por isso, o esquecimento como manipulação da memória era usado como mecanismo de controle pelo governo.

A reportagem sobre a morte de Vlado é o exemplo mais forte deste trabalho, pois gerou uma disputa entre memórias oficiais e subterrâneas. O assassinato desse jornalista simboliza a arbitrariedade de uma época que ainda mantém traumas e lacunas em processamento. Por isso, cabe às instituições sociais – como o jornalismo – explorar essas lacunas a fim de tirar essas histórias do cativeiro. O jornalismo alternativo alimentou a discussão de diversos movimentos sociais, combateu o autoritarismo e não se rendeu perante o inimigo – pelo contrário, a cada censura, um renascimento. Isso nos atenta para a prática atual do jornalismo, que precisa ser repensada e dedicar mais atenção às minorias e problemas sociais. O jornalismo precisa exercer sua função de incentivador da transformação social, ao invés de se render à indústria capitalista. Resistir é preciso.

Referências bibliográficas

AQUINO, M. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário**. São Paulo: EDUSC, 1999.

BARBOSA, M. **Jornalistas, “senhores da memória”?**. Trabalho enviado para o NP 02 – Jornalismo, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Comunicação, acontecimento e memória. PUC-RS. 2004.

———. **Memória: um passeio teórico**. In: **Percursos do olhar – comunicação, narrativa e memória**. Niterói, RJ: EdUFF, 2007.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Centauro: 2006.

HUYSSSEN, A. “Resistência à Memória: os usos e abusos do esquecimento público”. In BRAGANÇA, Aníbal e MOREIRA, Sônia (org.). **Comunicação, Acontecimento e Memória**. São Paulo: Intercom, 2005.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.

KUSHNIR, B. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

LE GOFF, J. **História e memória**. 4 ed. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1996.

MARCONI, P. **A censura política na imprensa brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Global, 1980.

NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, 1993.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

———. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, vol. 5, nº 10, 1992.

SMITH, A. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.